

GOVERNAMENTALIDADE COMO PRÁTICA DE SUBMISSÃO DO CORPO À BIOPOLÍTICA

Elinalva Pinto de Carvalho

Discente do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA/ Campus de São Bernardo. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa: Ontologia, Corpo e Biopolítica – NEO-BIO.
elyyna04@hotmail.com

RESUMO

Investiga a prática governamental definida por Michel Foucault como uma arte de governar, como esse poder político se aperfeiçoou, demonstrando que ele se caracteriza por práticas adquiridas sob uma concepção da “razão de Estado”, operando por meio de sistemas de submissão que, aplicados ao corpo, funcionam como ferramentas de dominação e construção da espécie. Em primeira instância, busca-se conhecer os conceitos que permitiram a Michel Foucault construir a noção de governamentalidade pautada na razão de Estado, quer dizer, uma racionalidade governamental que se notabiliza por uma nova maneira de regulamentação política e submissão do corpo para assim manter os indivíduos presos aos aparelhos de poder. A partir do século XVIII, Foucault identifica uma série de mecanismos que possibilitaram a ascensão do Estado como um poder centralizador e, depois, poder capilar e pulverizado que rege a espécie humana. Entre tais mecanismos se dá ênfase a algo que Foucault identificou como biopolítica: uma prática governamental pela qual se conduz (por meio da força ou não) estratégias políticas que legitimam o poder do Estado, encontrando na população seu objeto de produção e potencialização. Esse poder governamental proposto por Foucault implica uma série de condições específicas que possibilitaram sua expansão para o meio onde se desenvolve a população. Toda a filosofia, do denominado último Foucault, possui como centro de sua atenção a constituição de um novo modelo de poder, a organização de políticas preocupadas essencialmente com a gestão da vida, e o surgimento de um novo horizonte onde os indivíduos e as forças do Estado e do Capital entrariam em conflito.

Palavras-chave: Governamentalidade; Corpo; Biopolítica; Razão de Estado.

GOVERNMENTALITY AS SUBMISSION OF PRACTICE OF THE BODY TO BIOPOLITICS

ABSTRACT

Investigates government practice defined by Michel Foucault as a statecraft, as this political power has improved demonstrating that it is characterized by practices acquired under a concept of "reason of state" working through submission systems that applied to the body function as domination of tools and construction of the species. In the first instance we seek to know the concepts that allowed Michel Foucault build the notion of governmentality guided by the reason of state, that is, a governmental rationality that is notable for a new way of political regulation and body submission in order to maintain individuals attached to power devices. From the eighteenth century Foucault identifies a series of mechanisms that made possible the rise of the state as a centralizing power and then capillary and sprayed power that governs the human species. Among such mechanisms is given emphasis to something that Foucault identified as biopolitics: a government practice by which it leads (through force or not) political strategies that legitimize the power of the state, finding the population its object the production and potentiation. This government power proposed by Foucault entails a number of specific conditions that allowed its expansion into the middle where develops the population. . The whole philosophy of the so-called

last Foucault has the center of its attention the creation of a new model of power, the organization of concerned policies mainly with the management of life, and the emergence of a new horizon where individuals and state forces and Capital would conflict.

Keywords: Governmentality; Body; Biopolitics; Reason of State.

GOBERNAMENTALIDAD COMO PRESENTACIÓN DE LA PRÁCTICA DEL CUERPO DE BIOPOLÍTICA

RESUMEN

Investiga práctica de un gobierno definido por Michel Foucault como un arte de gobernar, ya que el poder político ha mejorado lo que demuestra que se caracteriza por prácticas adquiridas bajo un concepto de "razón de Estado" que trabajan a través de sistemas de presentación que se aplicaban a la función del cuerpo como dominio de herramientas y la construcción de la especie. En el primer caso buscamos conocer los conceptos que permitieron que Michel Foucault construir la noción de gubernamentalidad guiada por la razón de Estado, es decir, una racionalidad gubernamental que se caracteriza por una nueva forma de regulación política y la sumisión del cuerpo con el fin de mantener los individuos unido a dispositivos de potencia. A partir del siglo XVIII Foucault identifica una serie de mecanismos que hicieron posible la aparición del Estado como un poder centralizador y luego capilar y el poder rociado que rige la especie humana. Entre estos mecanismos se da énfasis a algo que Foucault identifica como la biopolítica: práctica de un gobierno por el cual se conduce (a través de la fuerza o no) las estrategias políticas que legitiman el poder del estado, la búsqueda de la población objeto la producción y potenciación. Esta fuente de gobierno propuesto por Foucault implica una serie de condiciones específicas que permitieron su expansión en el medio donde se desarrolla la población. Toda la filosofía de la llamada Foucault última tenga el centro de su atención a la creación de un nuevo modelo de poder, la organización de que se trate en primer lugar con la política la gestión de la vida, y la aparición de un nuevo horizonte donde los individuos y las fuerzas del estado y el capital entrarían en conflicto.

Palabras clave: La gubernamentalidad; Cuerpo; Biopolítica; Razón de Estado.

INTRODUÇÃO

Em um primeiro momento busca-se conhecer os conceitos que permitiram a Michel Foucault construir a noção de governamentalidade¹ pautada na razão de Estado. Quer dizer, uma nova racionalidade governamental, uma nova maneira de regulamentação política de submissão do corpo para assim mantê-lo controlado “não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer” (FOUCAULT, 1999, p. 164).

Para entender a formação desse processo² dispomos das análises de Michel Foucault. Como ponto fulcral, apresentamos o conceito de biopolítica, *gouvernement* e suas

¹ No Curso no Collège de France, *Segurança, território, população* na aula 1º de Fevereiro de 1977-1978 que Michel Foucault introduz o neologismo de governamentalidade.

² Processo pelo qual o corpo passou a ser objeto das estratégias do poder sobre a vida.

derivadas traduções: governabilidade, governamentalidade e governo. Traduções que se encontram sob uma ótica foucaultiana, principalmente a palavra governamentalidade.

Como suporte teórico ao desenvolvimento deste artigo utilizaremos principalmente as seguintes obras, mais especificamente os cursos nos quais Foucault introduz suas investigações: *Em defesa da sociedade* (1975-1976), *Segurança, território e população* (1977-1978), *O Nascimento da biopolítica* (1978-1979). Nestas, Foucault analisa o exercício de um poder sobre a vida. Tal poder, por intermédio dos dispositivos de segurança, controla a vida e a torna um *interesse* para o mercado. Nestes cursos, Michel Foucault nos remete para o entendimento da formação e desbloqueio das artes de governar, fundamenta os conceitos de biopolítica e biopoder atrelando-os à noção de população e de governamentalidade. Assim, traçar a genealogia do vocábulo *gouvernement* implica em compreender o sentido em que estes termos foram empregados na linguagem foucaultiana.

De início, pode-se afirmar que *gouvernement* implica em um poder que administra “coisas”. Foucault toma emprestado de Guillaume de La Pierre a concepção de Governo como “a correta disposição das coisas, das quais alguém se encarrega para conduzi-las a um fim adequado” (FOUCAULT, 2008a, p. 127). “Coisas”, para Foucault, diz respeito tanto aos homens quanto aos processos do meio, levando-se em conta as variações da vida. Neste aspecto, Michel Foucault se deteve a estudar os vários significados que a própria palavra governar e governo apresentam. Desta forma, genealógicamente, “governo” pode ser entendido como o ato de “dirigir” e era empregado tanto à ação do Estado quanto dos indivíduos, governo dos homens, governo das crianças, ou ainda, governo das almas.

Na Modernidade, a palavra governar, em sentido estrito, se restringiu necessariamente ao que compete ao Estado e adquire um valor essencialmente político, ou seja, referente às atividades que foram pensadas e institucionalizadas para aumentar o alcance do poder do Estado sobre os indivíduos, “um governo sob sua forma política” (FOUCAULT, 2008a, p. 119). Essa configuração, na análise de Foucault, que se volta para as práticas de governo e refere-se à instituição, seria substituído, segundo Alfredo Veiga-Neto (2002, p.19), pela palavra governo, para evitar redundâncias, sendo esta uma “ação de governar”. Neste sentido, sugere “que o vocábulo governo [...] passe a ser substituído por governo nos casos em que estiver sendo tratada a questão da ação ou do ato de governar”.

Foucault, ao tratar sobre o funcionamento de um novo tipo de poder que se instituiu sobre a vida da população, propõe um novo vocábulo, *gouvernementalité*, até então não encontrado em outras traduções. Neologismo que foi traduzido como

governamentalidade. No entanto, alguns pesquisadores divergem quanto à tradução do termo, uma vez que não era conhecido pelos campos do saber político ou pela literatura, nem se encontra dicionarizada nos principais dicionários da língua portuguesa.

A grafia no português já se encontrava como governabilidade e foi mantida para evitar diferentes conceituações na etimologia e contexto empregados na língua portuguesa. Veiga-Neto (2002) apresenta considerações em defesa do uso de “governamentalidade”, pois, a partir das análises de Foucault, “governamentalidade” compreende práticas que servem para designar um tipo de engajamento do poder, quer dizer, um conjunto de procedimentos no qual o poder governamental se efetiva, enquanto governabilidade era entendida no sentido de governável, ou seja, aquele que é governado, que se deixa governar.

O intuito dessa reflexão a respeito da melhor maneira de proceder em relação à palavra governamentalidade é entender a ambiguidade em torno da tradução para o português. Apropriando-se das palavras de Veiga-Neto (2002, p. 34), “isso nada tem a ver com buscar os supostos e assim chamados ‘verdadeiros significados’ das palavras [...]. Isso tem a ver, simplesmente, com a busca de mais rigor e mais clareza para os nossos discursos”.

Trata-se, portanto, de uma nova reflexão política, na qual esta configuração do poder dispõe de técnicas e estratégias que entram em funcionamento com o desbloqueio das artes de governar, ligada, como diz Foucault, à *economia política*.

Em suma, a passagem de uma arte de governar para uma ciência política, de um regime dominado pela estrutura de soberania para um regime dominado pelas técnicas de governo, ocorre no século XVIII em torno da população e, por conseguinte, em torno da economia política (FOUCAULT, 2002 apud VEIGA-NETO, 2002, p. 19).

O movimento conceitual abordado por Michel Foucault assume as formas de uma genealogia do poder: do poder soberano ao poder biopolítico, para se chegar ao atual “Estado moderno”. Neste último, o contexto político e econômico sofre uma ruptura e emerge, desse novo panorama político, o homem, que aparece como sujeito biopolítico na modernidade – objeto da própria política que opera agora na vida das populações.

Segundo Michel Foucault (2005), o desenvolvimento desse poder se deu a partir de dois processos, culminando na passagem do corpo para o limiar político. O primeiro processo trata de uma “anátomo-política do corpo humano”; refere-se às disciplinas vinculadas ao corpo. O segundo refere-se a uma política voltada ao corpo no âmbito

biológico, uma “biopolítica das populações” na qual o Estado (ou governamentalidade) passou a intervir.

Assim, a “anátomo-política” é o “momento histórico” das disciplinas em que:

Nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente (FOUCAULT, 1999, p. 164).

O corpo no âmbito biológico significa:

A assunção da vida pelo poder: se vocês preferirem, uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico ou, pelo menos, uma certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico (FOUCAULT, 2005, p. 28).

A partir do século XVIII, o corpo passou a interessar como um mecanismo de produção, ou seja, o corpo do indivíduo se encontra entrelaçado com o próprio poder, o corpo imbuído numa perspectiva política. Dessa forma, um corpo que era submetido a suplícios e fabricado por meio de disciplinas foi inserido na biopolítica, a qual passou a regulamentar a vida em seus mínimos detalhes. Assim, natalidade, longevidade e mortalidade entrariam nos processos de intervenção da política do Estado, pois é na população que se manifestariam esses fenômenos cujo funcionamento da vida e do poder seriam prejudicados. Dessa forma, a população se torna um “problema político”.

BIOPOLÍTICA E A GOVERNAMENTALIDADE: um novo horizonte político

Foucault procurou compreender esse processo de ruptura e continuidade entre o poder disciplinar e a biopolítica, por meio da máxima que remete ao antigo direito do soberano de “fazer morrer ou de deixar viver”, para uma nova configuração do poder, “que não vai apagar o primeiro, mas vai penetrá-lo, perpassá-lo, modificá-lo, e que vai se tornar um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de ‘fazer’ viver e de ‘deixar’ morrer” (FOUCAULT, 1999, p. 287). Poder esse que vai se caracterizar por uma especificidade: gira em torno da funcionalidade da vida.

Esse panorama histórico que conduz a vida para a esfera política, analisado por Michel Foucault, nos remete a um discurso teórico que será denominado por ele de biopolítica. Essa nova forma de governo concentra-se na vida como meio de estabelecer estratégias políticas e de controle cada vez mais precisas sobre os processos biológicos. Isto

se confirma pelo fato de que as ações políticas incidirão sobre uma série de problemas, agora atinentes à população, desde questões que vão da saúde aos desafios econômicos. Assim, a política centra-se, agora, não simplesmente no “homem-corpo”, mas no “homem-vivo”, “ao homem ser vivo; no limite, se vocês quiserem, ao homem-espécie” (FOUCAULT, 2005, p. 289). É nesse momento da história que o conceito de biopolítica, formulado por Foucault, entra em cena:

É um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc. São esses processos de natalidade, de morbidade, de longevidade que, [...], constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica. [...] É a observação dos procedimentos, mais ou menos espontâneos, mais ou menos combinados, que eram efetivamente postos em execução na população (FOUCAULT, 2005, p. 290).

Dessa forma, tudo em torno da população torna-se alvo de intervenção da biopolítica e inclui “a forma, a natureza, a extensão, a duração, a intensidade das doenças reinantes numa população” (FOUCAULT, 2005, p. 290), para controlar tudo o que prejudicasse, diminuísse ou enfraquecesse o corpo, controlando qualquer fenômeno que ameaçasse a vida em sua totalidade. “[...] É a natureza dos fenômenos que são levados em consideração” (FOUCAULT, 2005, p. 293), como no caso das doenças epidêmicas, endêmicas, insalubridade, esgotos e tudo que se manifesta dentro de um território, pois tratar desses fenômenos é garantir a boa saúde da população, necessária como força produtiva.

De acordo com essas considerações conste-se que a biopolítica é um processo que calcula e entra nas esferas de saberes sobre a vida e sua manifestação a nível biológico e populacional, uma política sobre a vida gerenciada por mecanismos e táticas:

Essa tecnologia de poder, essa biopolítica, vai implantar mecanismos que tem certo número de funções muito diferentes das funções que eram as dos mecanismos disciplinares. Nos mecanismos implantados pela biopolítica, vai se tratar sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar, igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, [...], mas, essencialmente, de intervir no nível daquilo que são as determinações [...], desses fenômenos no que eles tem de global. Vai ser preciso modificar, baixar a morbidade; vai ser preciso encompridar a vida; vai ser preciso estimular a natalidade (FOUCAULT, 2005, p. 293).

Para manter a validade dessa intervenção biopolítica como um poder regulamentador, Michel Foucault identificou uma tecnologia política que dava respaldo às ações biopolíticas, a esta chamou de governamentalidade. Deste modo, Michel Foucault a entendeu como:

O conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo e por outro lado, o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (FOUCAULT, 2008a, p. 143-144).

Dessa forma, a governamentalidade proposta por Foucault implica numa série de condições específicas que possibilitaram sua expansão para o meio onde se desenvolve a população. Essas condições dizem respeito a todo o aparato estratégico, no qual a função política do poder teria como fim a gestão administrativa da própria vida.

Para o desenvolvimento dessa arte de governar a vida apontamos, em primeira instância, as técnicas de poder centradas no corpo individual, cujos objetivos eram fazer com que os corpos se tornassem dóceis, úteis e submissos.

Estas práticas ganharam proeminência na sociedade europeia dos séculos XVII e XVIII, período em que Foucault a denominou de sociedade disciplinar, uma vez que os mecanismos de controle se aplicavam à formatação das habilidades do corpo e a adestrar as “multidões confusas” por meio das disciplinas, conforme aponta Foucault:

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e investe por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita (FOUCAULT, 1999, p. 165).

Tais disciplinas pretendiam “fabricar” sujeitos obedientes para o sistema capitalista nascente, ou seja, estas técnicas disciplinares do exercício do poder fizeram surgir a anátomo-política que, por sua vez, age especificamente sobre o corpo do indivíduo, atuando nos mínimos detalhes do comportamento através das normas disciplinares condizentes com cada instituição: escola, caserna, hospital, etc. Dessa forma:

Nos séculos XVII e XVIII, viram-se aparecer técnicas de poder que eram essencialmente centradas no corpo, no corpo individual. Eram todos aqueles procedimentos pelos quais se assegurava a distribuição espacial dos corpos

individuais (sua separação, seu alinhamento, sua colocação em série e vigilância) e a organização, em torno desses corpos individuais, de todo um campo de visibilidade. Eram igualmente técnicas de racionalização e de economia estrita de um poder que devia se exercer, da maneira menos onerosa possível, mediante todo um sistema de vigilância, de hierarquia, de inspeções, de escriturações, de relatórios: toda essa tecnologia, que podemos chamar de tecnologia disciplinar do trabalho (FOUCAULT, 2005, p. 288).

Portanto, as disciplinas não eram apenas mecanismos de formatação para manter o corpo submisso, mas visavam à construção de uma relação política em que o corpo humano, como diz Foucault (1999), foi desarticulado e recomposto para desempenhar o trabalho com a máxima eficácia.

Quando o poder sobre os indivíduos não se limitou a adestrar o corpo individual, mas sobre um conjunto que constitui uma massa global, desenvolveu-se a segunda tecnologia de controle que passou a agir sobre o corpo-espécie.

A biopolítica não anulou as outras formas de poder, mas as aperfeiçoou como uma técnica política que visa regulamentar o comportamento da espécie humana. A natureza específica desse poder sobre a vida possibilitou uma maior inserção dos indivíduos ao controle biopolítico, ou seja, um poder que se exerce sobre tudo que diz respeito à população, como: natalidade, longevidade, saúde, higiene, migração etc.. Conforme afirma Foucault (2009, p. 152), estamos recobertos “pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida”.

A AÇÃO GOVERNAMENTAL NO PENSAMENTO DE FOUCAULT

Com o surgimento do conceito de população, elemento fundamental que possibilitou a emergência de estratégias biopolíticas, passou-se a desenvolver mecanismos de controle, forma pela qual se determina a existência e os modos de vida agora submetidos aos aparelhos políticos desenvolvidos pelo governo. A vida dos sujeitos, exposta a riscos, tornou-se o centro das intervenções e das investidas do poder. Em outras palavras, o poder investe na saúde, na higiene, no saneamento, problemas estes que passam a ser centrais para a administração governamental. O elemento central nessa discussão levantada por Foucault é a ampliação do poder de um cálculo sobre corpos individuais para um esquadramento médico da população, ou seja, da própria espécie.

Mas o que é governar? De acordo com Michel Foucault, “governar sobre o princípio da razão de Estado³ é fazer que o Estado possa se tornar sólido e permanente, que possa se tornar rico, que possa se tornar forte diante de tudo que possa destruí-lo” (FOUCAULT, 2008b, p. 6). Dessa maneira, o Estado vai se constituir nas bases da biopolítica, não como um órgão hierarquizado, concebido como o centro das estruturas do poder, como tencionavam as teorias jurídicas de soberania, mas cujo aparelho estatal se vincula às relações de poder.

Nas palavras de Foucault (2008a, p. 138), “graças à percepção dos problemas específicos da população [...] que o problema do governo pode enfim ser pensado, refletido e calculado fora do marco jurídico da soberania”. A partir deste deslocamento, a condução, as ações dos sujeitos, passam imediatamente a pertencer à gestão governamental, assim é o próprio corpo dos sujeitos (enquanto corpo-social) que adentra nos mecanismos do poder.

Podemos, então, afirmar que a biopolítica é uma ação de intervenção e melhoramento do organismo populacional, agindo conforme a governamentalidade para regulamentar os processos de intervenção da biopolítica, pois com a introdução da governamentalidade o poder da biopolítica se amplia, não apenas investe, mas principalmente intervém na vida. Acerca disso, afirma Foucault:

Agindo diretamente sobre ela [população] por meio de campanhas ou também, indiretamente, por meio de técnicas que vão permitir, por exemplo, estimular, sem que as pessoas percebam muito, a taxa de natalidade, ou dirigindo nesta ou naquela região, para determinada atividade, os fluxos de população (FOUCAULT, 2008a, p. 140).

Sob este aspecto, a ação governamental inclui uma inovação na arte de governar, uma técnica biopolítica aplicada à gestão da sociedade, visando o controle das populações. Foucault manteve sua análise não na “prática governamental real, tal como se desenvolveu”, mas “quis estudar a arte de governar, isto é, a maneira pensada de governar o melhor possível e também, ao mesmo tempo, a reflexão sobre a melhor maneira possível de governar” (FOUCAULT, 2008b, p. 4). Isto é, centrou-se nas estratégias desenvolvidas pelo poder, de como governar e manter equilibradas as tecnologias do poder que se

³ É precisamente uma prática, ou antes, uma racionalização de uma prática que vai se situar entre um Estado apresentado como dado e um Estado apresentado como algo a se construir e a se edificar. Cf. Michel Foucault, *Nascimento da biopolítica*, p. 6.

exercem sobre os indivíduos, uma vez que estes funcionam como instrumentos de construção dos sujeitos⁴.

Nessa perspectiva, o corpo dentro das pretensões do Estado, passa para uma nova dimensão política, torna-se centro dos cuidados da administração do Estado. O indivíduo ganha importância em termos econômicos, ou seja, interessa a utilidade desse corpo para manter o poder estatal. Enquanto a ação governamental aumenta o poder político do Estado, o indivíduo-corpo diminui sua força política. Para Foucault, o indivíduo reduz-se à utilidade e docilidade em termos de obediência biopolítica, pois “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 1999, p. 163).

Dessa forma, trata-se de uma manipulação detalhada dos gestos e dos comportamentos. Essa política viria a ser o reflexo da manipulação dos discursos no poder biopolítico, pois, esta dimensão da razão governamental abrange diversas formas pelas quais os sujeitos seriam conduzidos à administração das tecnologias políticas de governo.

Assim, por arte de governar ou governamentalidade, Foucault entende que seria esta um conjunto de fatores ligados ao funcionamento do poder e, nesse projeto, vivemos na era da “governamentalidade” (FOUCAULT, 2008b, p. 145). Esta se configuraria como uma forma de exercer o poder, pois, para ele, não foi a sociedade que se tornou estatizada, mas o Estado que se governamentalizou, modo pelo qual foi possível a sobrevivência do Estado. Este só existe como tal porque houve o desbloqueio das artes de governar, tendo a população como objetivo do poder político. Assim, segundo Foucault:

O grande crescimento demográfico do século XVIII [...], a necessidade de coordenação e de integração ao aparato de produção e a urgência de controlá-lo, como mecanismos de poder mais sofisticados e adequados, possibilitaram a emergência da “população” (com variedades numéricas de espaço e cronologia, longevidade e saúde), que ela emergisse não só como problema, mas como objeto de observação, análise, intervenção, modificação etc. um projeto de tecnologia da população começa a ser desenhado: estimativas demográficas, o cálculo de pirâmides etárias, diferentes expectativas de vida e níveis de mortalidade, estudos das recíprocas relações entre crescimento da população e crescimento da riqueza [...] (FOUCAULT, 1980 apud MAIA, 1980, p. 171).

Com a noção de governamentalidade, a biopolítica passou a ser pensada em sua forma racionalizada, isto é, uma racionalidade governamental que promove a vida; esta

⁴ A questão das tecnologias do eu e os modos de existência será de grande importância para a fase dos estudos foucaultianos, desenvolvidos no final dos anos 70 até a sua morte. Porém, como nossa análise restringe-se ao problema da biopolítica, não analisaremos tal problema levantado por Foucault.

racionalidade inclui uma reflexão no exercício das tecnologias de governo, por meio da qual a biopolítica ampliou seu domínio sobre os corpos.

CONCLUSÃO

As pesquisas do filósofo Michel Foucault sobre as configurações do poder e suas diferentes problematizações o levaram a analisar, diante de uma ruptura no contexto político, o modo como o poder se ativou, se estabeleceu e se estendeu sobre a vida dos indivíduos. A partir dos séculos XVII e XVIII, Foucault identifica uma série de mecanismos que possibilitaram a ascensão desse poder, o que possibilitou o desbloqueio da arte de governar os homens. Entre tais mecanismos está algo que Foucault identificou como biopolítica, a qual se configura como uma prática governamental, um elemento condutor de sua força e uma estratégia política que legitima o poder do Estado. Tal organização de governo é para nós quase imperceptível, pois o poder tornou-se pulverizado, capilar, regendo a espécie humana e encontrando na população seu objeto de produção e potencialização.

A biopolítica, segundo a análise de Foucault, implica numa gestão administrativa dos processos biológicos de uma população que, sob a ótica da governamentalidade, organiza o campo social. Desta forma, toda a cultura encontra-se inserida nesse projeto governamental através da criação de expressões e de identidades, uma vez que o poder se apoia na vida dos sujeitos, produzindo, portanto, “regimes de verdades”.

Assim, sob essa abordagem, a governamentalidade não se refere especificamente à estrutura do Estado. É ela uma forma estratégica de exercício do poder estatal. Será a partir dela que o Estado desenvolverá novas práticas de intervenções nas manifestações vitais dos comportamentos dos homens e, assim, conduzir a população a inserir-se numa rede de conexões políticas que lhes submeterão à administração política oriundas da prática governamental.

Dessa forma, o controle governamental é possível diante de elementos como: o aparecimento da população, os problemas observados em torno desse corpo populacional, doenças, natalidade, mortalidade etc.. Assim, de um modo ou de outro, as tecnologias de governo da biopolítica condicionam a vida a seus propósitos. Desta feita, a ação governamental implica em limitar a ação dos indivíduos por meio de uma organização de saberes que vão interligar os sujeitos ao controle das táticas da governamentalidade biopolítica, aquilo que vai manipular as vontades e induzir decisões. Ou seja, vivemos em

sociedades que regulam, gerem nossa consciência, corrigem as condutas dos sujeitos no corpo social de modo a tecer uma verdadeira rede de controle sobre todos os fenômenos da vida.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 13. ed. Rio de Janeiro. Graal. 1998.

_____. **Vigiar e punir**. Nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Em defesa da sociedade**: Curso dado no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Segurança, Território, População**: Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **O nascimento da biopolítica**: Curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2009.

MAIA, Antônio. Do biopoder à governamentalidade: sobre a trajetória da genealogia do poder. **Currículo sem Fronteiras**, v. 11, n. 1, p. 54-71, jan./jun. 2011. Disponível em: Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol11iss1articles/maia.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2015.

VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas do governo. In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda, VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). **Imagens de Foucault e Deleuze**: ressonâncias nietzschianas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 13-34.

Recebido para avaliação em 28/02/2016
Aceito para publicação em 15/06/2016